

N.º: Gp1570-IX  
Proc.º: 30.06.01.24  
Data: 24.03.2011

Assunto: Declaração Política – Crise política em Portugal

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;  
Senhor Presidente do Governo;  
Senhoras e Senhores Membros do Governo;

Hoje fala-se muito em crise. Crise política, crise financeira, crise de credibilidade das instituições. Hoje, mais do que se falar em crise, sente-se a crise.

A crise financeira internacional despoletou em 2007. Mas a crise política em Portugal teve o seu início bem mais cedo – em 2004. A crise portuguesa surge quando Durão Barroso por interesses partidários (que se sobrepuseram aos interesses nacionais) decidiu deixar o Governo para rumar a Bruxelas.

Pouco tempo depois, mais uma vez por interesses partidários (que se sobrepuseram aos interesses nacionais) o Presidente da República, o socialista Jorge Sampaio, demitiu o Governo democraticamente eleito e com maioria parlamentar.

Durão Barroso (PSD) e Jorge Sampaio (PS) são, por isso, os grandes responsáveis pela crise portuguesa, porque criaram as condições para a ascensão de José Sócrates ao poder. Irónica e descaradamente foram precisamente estes dois senhores que, recentemente, apelaram a entendimentos alargados entre os Partidos para evitar uma crise política de que, afinal, foram os protagonistas.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

Portugal vive, hoje, um dos momentos mais difíceis da sua história. Nos últimos seis anos de governação socialista, o País acumulou défice, dívida, falências e desemprego.

O custo de vida agravou-se e o preço de todos os bens essenciais aumentou; o Governo congelou e cortou pensões e salários; cortou benefícios sociais; os trabalhadores, as famílias e as empresas viram subir os impostos e as contribuições, com a consequência negativa da entrada num ciclo recessivo, que inibe a criação de riqueza e o crescimento económico.

Hoje, temos a pior média de crescimento económico dos últimos 90 anos; a maior dívida pública dos últimos 160 anos; a maior dívida externa dos últimos 120 anos; a maior taxa de desemprego dos últimos 80 anos; a segunda maior vaga de emigração dos últimos 160 anos.

Mas há mais. Durante a governação socialista, a dívida, disparou de 82 mil milhões de euros (no final de 2004), para os 152 mil milhões de euros (praticamente o dobro), em paralelo com o défice que, atingindo o valor recorde de 9,6%, foi pretexto para todas as medidas de austeridade.

A taxa de juro a que Portugal conseguiu emitir dívida pública a 10 anos foi de 6.7%, e nos mercados secundários já ultrapassou os 8%.

Apesar destes dados, a maioria socialista embebida no espírito mitómano do Eng.º Sócrates, que ficará para a história, nega todas as evidências e ilude nas contas públicas.

O PEC I chegava; o PEC II bastava; o PEC III era suficiente... O PEC IV significa o falhanço de todos PEC's anteriores... significa governar mal, significa o falhanço da governação; significa a total perda de credibilidade.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

O PS trouxe-nos até à maior crise económica, financeira, laboral e social da nossa história recente e mostrou-se incapaz de nos fazer sair dela.  
Mas não andou sozinho.

O PSD foi o seu parceiro activo!

O PSD foi o catalisador de uma reacção desastrosa que enviou o País para uma espécie de buraco negro, do qual não conseguiram sair.  
É caso para dizer: Juntos Conseguiram Afundar o País!

O PSD colocou acima dos interesses do País o seu interesse político-partidário.

Os juros da dívida continuaram a subir insensíveis a quaisquer medidas negociadas e acordadas entre os dois partidos. Na sequência de cada PEC os juros da dívida subiram. Se comparamos os juros dos leilões da dívida imediatamente antes e depois da apresentação de cada PEC verificamos que ocorreu sem excepção uma relevante subida. A seguir ao PEC I, o juro das obrigações do tesouro a 10 anos subiu de 4.17% para 4.43%; depois do PEC II, de 4.52% para 5.22%; a seguir ao PEC III, subiram de 6.24% para 6.8%.

O PSD sabia tudo isto e, lamentavelmente, numa atitude de egoísmo partidário de promoção do seu novo líder, sacrificou Portugal e os portugueses durante mais de um ano.

O PSD, para dar tempo a que Passos Coelho se desse a conhecer ao País, foi fazendo a política da sondagem, à espera da mais favorável, aumentando impostos, taxas e contribuições, cortando salários e congelando pensões de miséria, propostas pelo PS, sempre sob um aparente cenário de falsa responsabilidade e patriotismo.

É preciso dizer a verdade aos portugueses: o PSD foi o avalista das políticas de austeridade de José Sócrates e, por isso, não tem legitimidade para surgir agora como o menino de coro; não pode surgir com a inocência cândida do seu líder a dizer que não aceita impor mais sacrifícios aos portugueses, só porque agora lhe dá jeito; só porque agora as sondagens lhes são mais favoráveis.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

Sendo evidente que Portugal precisa de proceder a um ajustamento orçamental, reduzindo o défice nos termos dos seus compromissos internacionais, constatou-se que o caminho escolhido pelo Governo foi errado e não trouxe ao País a necessária recuperação económica.

Temos que atender também a que as instâncias comunitárias estão atentas e são exigentes, pelo que a escolha dos meios e das políticas para atingir os objectivos cabe às instituições nacionais, fazendo sentido apresentar um caminho alternativo, com a autoridade de quem desde o PEC I recusou e criticou o caminho errado do Governo.

O CDS-PP não se limitou a recusar o PEC ontem discutido. O CDS apresentou as suas propostas, para corrigir a desgovernança do País, das quais destacamos:

- Alteração do cenário macro-económico de forma a ser realista;
- Controle severo da dívida pública, tomando-se a decisão de suspender imediatamente as grandes obras (como o TGV) e a renegociação das PPP's;
- Modificação da política fiscal para que se torne estruturada e selectiva no apoio às empresas;
- Reforma do IRS, evoluindo para um regime mais simples, com menos escalões, menos excepções e sensível à família;
- Identificação das empresas públicas a extinguir;
- Estabelecimento de limites às remunerações, prémios e indemnizações dos gestores públicos;
- Consagração da regra de que as pensões mínimas, sociais e rurais não podem ser actualizadas abaixo da inflação;
- Decisão rápida quanto a uma solução clara e definitiva para o BPN;
- Concretização das reformas estruturais que o Governo socialista não fez, nomeadamente nos sectores da justiça, mercado de trabalho e efectiva e sã concorrência.

Senhor Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

Com a sua demissão, José Sócrates prestou, pela primeira vez, um bom serviço ao País. O PSD, por sua vez, ajudou para que Portugal passasse por mais um vexame internacional.

É preciso que os portugueses entendam que é preciso pôr fim aos governos de alternância entre PS e PSD promotores do clientelismo, da politização do emprego e partidarização da Administração Pública.

É preciso perceber que há um caminho, o caminho da alternativa, o caminho do valor, do mérito e do esforço individual para um Portugal mais respeitado, justo e mais solidário.

O Deputado Regional



Artur Lima